

Mulher e Natureza: uma visão sócio-histórico-antropológica da construção deste binômio.

Gilmara de Melo Ferreira Alves*

Nas últimas décadas, as tentativas de relacionar os estudos de gênero com as questões ambientais fizeram surgir vários estudos sobre as mulheres, com ênfase para populações rurais de países em desenvolvimento (Veiga, 1993; Henry, 1999; Almeida, 1994).

Estudos sobre a maneira como as mulheres se relacionam com recursos naturais diversos, tanto em áreas urbanas quanto rurais (Davidson, 1993); sobre os efeitos das mudanças ambientais sobre a qualidade de vida das mulheres (Harnmeijer e Waters- Bayer, 1993); sobre as conexões entre gênero, pobreza e políticas de desenvolvimento (Dem, 1993); e sobre a participação feminina em movimentos sociais de cunho ambiental (Miller, Hallstein e Quass, 1996; Brú-Biuster, 1996) são exemplos dos esforços em demarcar as diferenças de gênero em termos das experiências, responsabilidades e interesses em relação à natureza e à proteção ambiental (Rocheleau, Thomas - Slayter e Wangari, 1996).

As mulheres têm sido vistas por muitos autores envolvidos no debate sobre meio ambiente e desenvolvimento como gerenciadoras privilegiadas para tratar questões ambientais, ou seja, como uma fonte de soluções para a crise ambiental. O crescente reconhecimento destas conexões entre a crise no desenvolvimento, a profunda crise ambiental e o crescimento da pobreza e das desigualdades de gênero abriram caminho para a formulação da noção de desenvolvimento sustentável (Barbieri, 1997; Di Ciommo, 1999).

1.1 As relações de gênero como problemática sociológica

A problemática do gênero irrompeu no campo acadêmico com tanta ênfase que hoje integra o campo teórico e empírico de vários ramos das ciências sociais (Fonseca, 1995). A

* Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande, em 2006, atual professora do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual da Paraíba, Campus I e aluna especial do Programa de Pós-graduação em Sociologia em nível de doutorado.

categorização do sentido que a problemática da mulher foi assumindo nas discussões sobre gênero refere-se a diferentes contextos sociais e temporais. Na década de 1960, esse assunto passa a ser de análise acadêmica, considerando o papel da mulher numa perspectiva vitimizada. Segundo Fonseca (1995), a pesquisa consistia em tornar manifesto os mecanismos de dominação com o intuito de corrigir distorções e instituir uma nova igualdade entre os sexos. Isso acontece nos Estados Unidos, num cenário de grande mobilização social contra a discriminação e violência contra a mulher, contra a guerra do Vietnã e o preconceito racial.

Já por volta da década de 1970, surge um segundo momento em que as discussões sobre a mulher deslocam a ênfase de vítima para a mulher heroína, aliada à possibilidade de desenvolvimento social, particularmente nos países em desenvolvimento e nas regiões marginalizadas.

O conceito de gênero trazido pelo feminismo diz respeito à dimensão socialmente construída do feminino e do masculino, que transformou o sexo, fator biológico, em gênero, fator social (Barbieri, 1993). “Não se nasce mulher, torna-se mulher” é a famosa frase de Simone de Beauvoir que sintetiza a tese feminista de que não existe destino biológico feminino, que a civilização transformou o sexo em gênero e que na sexualidade está a raiz da opressão feminina (Safiotti, 1985).

O novo feminismo, que explodiu a partir dos anos 70 do século XX, trouxe a tomada de consciência das mulheres a respeito de sua opressão e exploração. Traduzido por ações movidas em favor da liberação sexual e da igualdade de direitos, levantou a questão da existência de outras relações de poder, além das de âmbito público e estatal, que cruzam as relações sociais e atuam no mundo privado e pessoal. Politizando o mundo privado, ampliou a noção de sujeito: não existe mais um só sujeito histórico transformador das relações sociais entre capital e trabalho. Todos os múltiplos sujeitos que a partir de sua opressão específica vivem uma relação subalterna são chamados a participar dessa transformação, na sua diversidade e singularidade, produzindo novas alternativas sociais (Safiotti, 1985).

Se inicialmente os estudos sobre a mulher alimentavam o “feminismo da igualdade”, na segunda fase, se afirma sob outra perspectiva, passando a se configurar como “feminismo da diferença”. Ampliando a noção de política, o feminismo questionou as relações de poder, a organização social e a vida cotidiana. Elaborou um novo conceito de igualdade, não mais limitado à igualdade jurídica (dos primeiros movimentos sufragistas), mas centrado na abolição

dos privilégios de sexo, questionando o androcentrismo social que toma o homem como protótipo do ser humano e universal. Contribuindo para gerar uma nova noção de identidade social, resgatou a prática da individualidade das mulheres como sujeitos sociais, modificando consciências e concepções. E, dessa forma, convidou a sociedade a aprender a se conjugar também ao feminino (Correa, 1993; Calió, 1992; Boff, 2000; Annas, 1993; Bruschini, 2001; Vandana, 1993).

Entendido como categoria de análise da realidade social e visto a partir dos vários espaços onde ele se constrói (na cidade, na família, no campo, no mercado de trabalho, nas instituições, na subjetividade...), o gênero torna visível às relações sociais entre os sexos (Biuster, 1996; Kartchevsky-Bulport, 1989).

O feminismo, questionando a “universalidade do masculino” socialmente dominante – avança reflexões sobre a questão das vivências diferenciadas dos sexos com o espaço, a partir da afirmação de que as relações sociais entre os homens e mulheres mediatizam a organização de toda formação sócio-espacial (Moraes, 1997; Tolba, 1980; Nicholson, 1993).

A análise da categoria de gênero, não é, por assim dizer, simples. Pelo contrário, ela se complexifica dentro de várias vertentes de estudos que envolvem a mulher. Portanto, se gênero é uma construção social, como podemos tratá-lo como uma coisa? Se é condicionado pelo contexto político, ecológico e social em que se encontra, como podemos pressupor continuidades entre um lugar e outro? Além de que, é uma categoria relacional, pois para uma apreensão significativa de gênero é preciso que se estudem as relações mulheres e homens, mulheres e mulheres e homens e homens (Scott, 1986).

A partir disso, enfatizamos que a organização e distribuição do tempo de atores sociais estejam estruturadas em torno de atividades centrais que reforçam sua identidade e aumentam o *status* e poder dos papéis-chaves diferenciados entre os gêneros, pois cada ator social, em sua distribuição de tempo, procurará satisfazer prioritariamente as atividades mais estreitamente relacionadas com a sua própria percepção de seu papel-chave (Cebotarev, 1977).

Em papéis tradicionais, identificados com certa rigidez com atividades específicas, como o papel complexo da mulher, que inclui o conjugal, materno e doméstico, a introdução de atividades novas tenderá a estender o tempo dedicado ao trabalho, ao invés de deslocar algumas das atividades relacionadas com o papel-chave, resultando na “dupla jornada de trabalho”, típica de mulheres que trabalham em todas as partes do mundo (Cebotarev, 1977).

Assim, além das limitações geralmente reconhecidas (valores tradicionais, níveis baixo de escolaridade, restrições estruturais, etc.), que dificultam a inserção das mulheres na esfera pública (do trabalho, participação política, cultural, etc.), determinados papéis-chaves exercidos pelas mulheres influenciam o conjunto de fatores que envolvem as relações entre gêneros, com especial enfoque para o papel sócio-cultural desenvolvido pela mulher, em suas diferentes articulações e percepções de tempo e espaço. Portanto, as pesquisas feministas a partir da epistemologia dos estudos de gênero, não podiam admitir a “naturalização” da mulher, principalmente dentro das correntes teóricas reducionistas que tentam envolvê-la sobre particulares perspectivas, relacionando-a a concepções patriarcais com modelos universalizantes de fragilidade, sensibilidade, maternidade, etc.

Daí a importância de se estudar gênero como uma problemática sociológica, já que esta envolve questões tão complexas e tão amplas, as quais têm um desdobramento que foi e é construído e reconstruído socialmente.

1.2. A naturalização da mulher e a feminização da natureza

É possível identificar pelo menos cinco diferentes perspectivas que relacionam ambientalismo e feminismo (Rocheleau, Thomas - Slayter e Wangari, 1996):

- a) Ecofeminismo, que estabelece estreita relação entre mulheres e natureza baseadas numa história compartilhada de opressão pelas instituições patriarcais e pela dominante cultura ocidental, bem como pela identificação positiva das mulheres com a natureza.
- b) Ambientalismo feminista, que enfatiza o interesse de gênero sobre recursos naturais e processos ecológicos particulares em base no distinto trabalho cotidiano e responsabilidades diárias.
- c) Feminismo socialista, que tem focado a incorporação do gênero na economia política, usando conceitos de produção e reprodução para delinear papéis de homens e mulheres nos sistemas econômicos. Identifica mulheres e meio ambiente com papéis reprodutivos nas economias de desenvolvimento desigual.
- d) Feminismo pós-estruturalista, que se interessa pela experiência ambiental de gênero como uma manifestação de conhecimentos situados, formados por muitas dimensões de identidade e

diferença, incluindo gênero, classe, raça, idade, etnicidade, entre outros. Faz tanto uma crítica feminista da ciência, como uma crítica pós-estrutural do desenvolvimento e adota a noção de complexidade para classificar as relações entre gênero, ambiente e desenvolvimento.

e) Ambientalistas, que passaram a trabalhar gênero dentro de uma perspectiva do feminismo liberal, tomando as mulheres como participantes e parceiras na proteção ambiental e nos programas de conservação.

Em menor ou maior grau, todas estas perspectivas tomam como pressuposto uma relação diferenciada da mulher com a natureza, fundada no que vamos chamar de “naturalização” da mulher e uma “feminização” da natureza, pois parte significativa da literatura sobre mulher e meio ambiente sugere haver uma relação inata fundamental entre elas.

Uma outra perspectiva, proposta por Rocheleau, Thomas-Slayter e Wangari (1996), chamada de ecologia política feminista pretende ser uma síntese das correntes anteriores. A ecologia política feminista enfatiza processos de tomada de decisão e os contrastes social, político e econômico que moldam políticas e práticas ambientais. A ecologia política tem focalizado fortemente a distribuição desigual do acesso e controle dos recursos naturais com base em diferenças étnicas e de classe. Em sua corrente feminista, inclui gênero como uma variável crítica em moldar acesso e controle a recursos, para instituir processos de mudança ecológica, e através da luta de homens e mulheres para promover modos de vida ecologicamente viáveis para o desenvolvimento sustentável.

Assim, constatamos a necessidade de desconstruir criticamente as simplificações na sinergia entre mulher e natureza, mesmo sem deixar de reconhecer as diferenças de gênero na relação com a natureza. Diferenças que derivam da interpretação social dos determinantes biológicos e das construções sociais de gênero. Estas interpretações e construções variam, entre culturas, classes, raça e lugar, bem como estão sujeitas a mudanças entre indivíduos e grupos sociais (Rocheleau, Thomas Slayter e Wangari, 1996).

Tradicionalmente, a mulher tem sido identificada com o espaço do privado, com a casa e os cuidados com a família. Já o homem, é culturalmente preparado para encarar o espaço público, a política, as relações interpessoais, o trabalho extra-casa e o contexto social mais geral. O espaço público é o espaço próprio da coletividade, é identificado com a razão, à impessoalidade e o homem. Cabendo a este, a produção e a força. Já a mulher tem sido identificada com a delicadeza, a família, a vida doméstica e a casa (Correa, 1993). A preocupação com a natureza

deveria ser deixada para os jovens e as mulheres e só a partir da década de 1960 é que esta preocupação passa a ser inserida nos problemas “masculinos” (Morin, 1997).

Dado tais explicitações acerca das diversas abordagens sobre as relações entre gênero e meio ambiente, constatamos a importância de estudarmos gênero como uma categoria relacional que envolve as dimensões do masculino e do feminino, bem como a questão ambiental, que auxilia o norteamento de políticas e ações a serem implementadas por agências de desenvolvimento, ONGs, prefeituras e outras instituições.

Referências

- ALMEIDA, José Maria G. **“Desenvolvimento ecologicamente auto-sustentável: conceitos, princípios e implicações”**. Revista Humanidades. Ed. UNB.N.04. Vol. 10.1994
- ANNAS, Julia. **“Mulheres e a Qualidade de vida: Duas normas ou uma?”** Revistas: Estudos Feministas. Lua Nova. N 31. Pp. 135-155.1993
- BARBIERI, José Carlos. **“Desenvolvimento e Meio Ambiente”**. **As estratégias de Mudanças na Agenda 21**. Petrópolis – Rio de Janeiro. Vozes.1997
- BARBIERI, Teresita de. **Sobre a categoria Gênero: Uma Introdução Teórico- Metodológica**. Recife. Edição SOS Corpo.1993
- BIUSTER, Josefa Brú. Spanish Women Against Industrial Waste. **A gender perspective on environmental grassroots movements**. In: ROCHELEAU; Dianne, SLAYTER; Barbara Thomas and WANGARI; Ester, Feminist Political Ecology global issues and local experiences. New York. London and New York.1996
- BOFF, Leonardo. **“Princípio Tema: à volta a terra como pátria comum”**. São Paulo. Ática.1995
- BOFF, Leonardo. **O Resgate do Princípio Feminino**. In: A Voz do Arco Íris. Brasília. Letraviva. 2000
- CALIÓ, Sônia Alves e Maria Margaret Lopes. **“As mulheres e o Meio Ambiente Urbano”**. CIM (Centro de Informação da Mulher); CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação).1992
- CEBOTAREV, E. A. **A Organização do tempo de atividades domésticas e não-domésticas de mulheres camponesas na América Latina**. 1997
- CORREA, Sônia. **Ecossistemas e Significados da Presença e Intervenção das Mulheres na Eco-92**. In: Proposta nº 56. Rio de Janeiro. FASE, março. 1993
- DAVIDSON, Joan. **Women’s relationship with the environment**. In: Women Environment. Focus on Gender. Vol.1(01): 5-10. February.1993
- DEM, Mariam. **Sustainable development women as partners**. In: Women Environment. Focus on Gender. Vol.1(01): 14-18. February 1993.
- DESCOLA, Philippe. **Ecologia e Cosmologia**. In: CASTRO, Edna e PINTON, Florence (Org), Faces do Trópico Úmido. Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Belém. Editora Cejup.1997

DI CIOMMO, Regina Célia. **Ecofeminismo e Educação Ambiental**. São Paulo. UNIUBE.1999

DUQUE, Ghislaine. (Org.) **Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento: mapeando questões específicas do rural e do urbano**.In: Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ensaio e Pesquisas em Sociologia Rural. João Pessoa. Ed. Universitária / UFPB.2002

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **Mulheres nas Políticas de Desenvolvimento Sustentável**. In: BRUSCHINI; Cristina e PINTO; Célia Regina, (Org).Tempos e Lugares de Gênero. São Paulo. Ed. 34. Fund. Carlos Chagas.2001

FONSECA, Cláudia. **Uma Genealogia do “Gênero”**. In: SCOTT, Russell Parry (Org.) Pesquisando Gênero e Família. Revista de Antropologia. UFPE. Vol. 1, Nº 2. 1996

HARNMEIJER, Joanne and BAYER, Ann Waters. **Environmental change and quality of life**. In: Women Environment.Focus on Gender. Vol.1(01): 11-13. February. 1993

HENRY, Acselred. **“A Construção da Sustentabilidade - uma perspectiva democrática”**. Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE. (Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático, N.5). Rio de Janeiro. 1999

KARTCHEVSKY- BULPORT . **O Sexo do Trabalho**. Paz e Terra.1989

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir e CINTRÃO, Rosângela. **Impactos dos Assentamentos: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro**. Brasília. NEAD.2004

MIES, Maria e VANDANA; Shiva **Ecofeminism**. New Jersey. Zed Books.1993

MILLER, Vernice, Hallstein; Moya and QUASS; Susan (1996). **Feminist Politics and Environmental Justice**. In: ROCHELEAU; Dianne, SLAYTER; Barbara Thomas and WANGARI; Ester, Feminist, Political Ecology global issues and local experiences. New York. London and New York.

MORAES, Antônio Carlos Roberto. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo. Hucitec.1997

MORIN, Edgar. **Por um pensamento ecologizado**. In: CASTRO, Edna e PINTON, Florence (Org), Faces do Trópico Úmido. Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Belém. Editora Cejup. 1997

NICHOLSON, Shirley. **Resgatando o Princípio Feminino**. In: O Novo Despertar da Deusa. Coleção Arco do Tempo. Rio de Janeiro. Rocco.1993

OLIVEIRA, M. S. & DUQUE, G. **Trabalho ou Ajuda? O duro cotidiano das mulheres do Quandú**. In: Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ensaio e Pesquisas em Sociologia Rural. João Pessoa. Ed. Universitária / UFPB.2002

ROCHELEAU, Dianne, THOMAS-SLAYTER; Barbara and WANGARI; Ester. **Feminist Political Ecology global issues and local experiences**. New York. London and New York.1996

SAFIOTTI, H. **Feminismo como una nueva óptica científico- política**. In: Encuentro sobre la Deuda Externa de América Latina y el Caribe. Havana, Julho. PE / IICA.1985

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria relacional**. Revista Histórico- americana. 1986

TOLBA, Mostafá K. “ **Los Actuales Estilos de Desarrollo y los Problemas del Medio Ambiente** ”. Revista de La CEPAL; Diciembre. Pp. 9-53.1980

VEIGA, José Eli. “**A Insustentável Utopia do Desenvolvimento**”. Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. São Paulo. Ed. Anput e Hucitec. Pp.149-167. 1993